



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ANA KARLA DA SILVA VIEIRA

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS:
UMA PESQUISA BIBLIOGRAFICA SOBRE A PROPOSTA DE AVALIAÇÃO
ATRAVES DOS
TEORICOS QUE FALAM SOBRE AVALIAÇÃO**

PICOS - PI

2011

ANA KARLA DA SILVA VIEIRA

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS:
UMA PESQUISA BIBLIOGRAFICA SOBRE A PROPOSTA DE AVALIAÇÃO
ATRAVES DOS
TEORICOS QUE FALAM SOBRE AVALIAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito para a obtenção do título de Pedagogia Licenciada.

Orientador (a): Prof^a. Me. Luisa Xavier de Oliveira

PICOS - PI

2011

ANA KARLA DA SILVA VIEIRA

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS:
UMA PESQUISA BIBLIOGRAFICA SOBRE A PROPOSTA DE AVALIAÇÃO
ATRAVES DOS
TEORICOS QUE FALAM SOBRE AVALIAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito para a obtenção do título de graduada em Licenciatura em Pedagogia.

Local e data da aprovação: _____, ____/____/____

Banca Examinadora:

Profª Me. Luisa Xavier de Oliveira
(Orientadora)

Profª Me. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Profª Epe. Daniela Rosa Alves de Sousa

Dedico este trabalho monográfico as pessoas especiais da minha vida: minha querida mãe, Nelita pela força e amor, e ao meu pai. Ao meu marido Aldair, meus irmãos, sobrinhos e tios que eu tanto amo, por terem me ensinado a caminhar sempre com perseverança e respeito ao outro pelo amor incondicional e sem limites, sem tudo isso não teria conseguido me realizar. AMO VOCÊS...

AGRADECIMENTOS

*A Deus em primeiro lugar, por ter me conduzido nesta longa jornada.

*A minha mãe Nelita, exemplo de mulher guerreira, que sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida, eterna gratidão e ao meu pai Domingo amor incondicional.

*Ao Meu amado esposo que Deus me deu, para amar e ser amada e podendo contar com ele em todos os momentos pelo incentivo e apoio ao longo desta caminhada e sua presença em minha vida.

*Aos meus irmãos e sobrinhos que eu tanto amo.

*A minha família por acompanhar-me durante a minha trajetória de vida.

*Aos meus avos maternos pessoas que jamais esquecerei, pelos ensinamentos, ao demonstrar-me que tudo podemos, quando realmente queremos.

*Aos colegas da Turma de pedagogia UFPI que jamais irei esquecer, em especial a (DANIELA, JACINTO, AVANA, HELIO, OSTAVANE, DANIEL, IRMÃ DIVANDA E MAIANA) pela amizade, incentivo e apoio incondicional.

*A professora Luisa Xavier de Oliveira pela orientação, colaboração, dedicação e paciência prestada na conclusão deste trabalho.

*Aos professores da UFPI que passaram em nossa turma, por terem contribuído com a nossa formação acadêmica muito OBRIGADA.

*A todos aqueles que mesmo não tendo sido citados, contribuíram para a realização deste trabalho.

Os estudos em avaliação deixam para trás o caminho das verdades absolutas, dos critérios objetivos, das medidas padronizadas e das estatísticas, para alertar sobre o sentido essencial dos atos avaliativos de interpretação de valor sobre o objeto da avaliação, de um agir consciente e reflexivo frente às situações avaliativas e de exercício do diálogo entre os envolvidos.

HADJI, 2001

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise dos constructos teóricos de autores que escrevem sobre avaliação, buscando identificar as propostas de avaliação presentes nos autores que escrevem sobre avaliação; compreender as mudanças presentes nestas teorias, bem como refletir sobre a teoria e prática da avaliação propostas nos constructo. Pensar em avaliação é pensar numa prática que requer cuidado e dedicação, compromisso e acompanhamento do educador no instrumento em que ele se utiliza para avaliar, tendo em vista que este procedimento é dinâmico e construtivo que é parte do início, do meio e do fim do processo de aprendizagem. As questões problematizadoras que nortearão o alcance do objetivo a que se propõe o estudo são: como vem acontecendo as proposta de avaliação presentes no arcabouço teórico dos pesquisadores nesta área? Qual o objetivo do ato de avaliar? Os instrumentos de avaliação têm auxiliado o processo ensino aprendizagem? De que maneira a avaliação torna-se instrumento de reflexão acerca do processo ensino aprendizagem? Assim sendo, o estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica, pois fará uma abordagem acerca do tema, à luz das principais teorias que discutem sobre o tema. O trabalho está dividido em cinco capítulos; no primeiro, o estudo fará uma abordagem sobre as diversas definições /conceituações sobre a avaliação. No segundo capítulo, o estudo trata dos tipos de avaliação. No terceiro capítulo o estudo traz uma abordagem acerca da importância da avaliação. No quarto capítulo, refere-se a questionar para que a avaliação. Já no quinto capítulo, trata-se dos modelos de avaliação que se tem nas escolas atualmente, seguidas das considerações finais. Ao finalizar o estudo, tendo como referencia os constructos teóricos de autores como Luckesi, Perrenoud, Fernandes e Freitas, Hadji, Hoffmann entre outros que escrevem sobre o tema. O trabalho conclui que a prática da avaliação nas escolas ainda está detida a uma proposta de avaliação em que os testes e exames são os instrumentos que se configuram como formas de legitimar a aprendizagem do aluno numa prática que está direcionada á classificação e mensuração do aluno e sua aprendizagem.

Palavras-chaves: Avaliação. Aprendizagem. Instrumentos de avaliação.

ABSTRACT

The present work aims to conduct an analysis of the theoretical constructs of authors who write about evaluation, seeking to identify the proposed assessment present in authors who write about evaluation; understand the changes present in these theories, as well as reflect on the theory and practice of evaluation proposed in the construct. Thinking about thinking assessment is a practice that requires care and dedication, commitment and follow-up of the educator in the instrument he uses to assess, given that this procedure is that it is dynamic and constructive part of the beginning, middle and end of the learning process. The problem-solving questions that will guide the achievement of the objective it pursues the study are: the proposal as it has been present in the evaluation of theoretical research in this area? What is the purpose of evaluating the act? The assessment tools have helped the learning process? How the assessment becomes an instrument of reflection on the learning process? Thus, the study appears as a literature search, as will an approach on the subject in the light of the main theories that discuss the topic. The work is divided into five chapters, the first, the study will approach one of the various definitions / conceptualizations of evaluation. The second chapter deals with the study of the types of assessment. The third chapter provides an approach to the study of the importance of evaluation. In the fourth chapter, refers to question that assessment. In the fifth chapter, this is how they determine that you have in schools today, followed by concluding remarks. At the end of the study, with reference to the theoretical constructs of authors such as Luckesi, Perrenoud, Fernandes and Freitas, Hadji, Hoffmann and others who write on the subject. The paper concludes that the practice of evaluation in schools is still owned a proposed assessment that tests and examinations are the instruments that constitute legitimate forms of student learning in a practice that is directed to classification and measurement of student and their learning.

Keywords: Evaluation. Learning. Assessment instruments.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2. CONCEITOS DE AVALIAÇÃO.....	14
3. TIPOS DE AVALIAÇÃO.....	17
3.1 Avaliação Formativa.....	17
3.2 Avaliação Diagnostica.....	18
3.3 A Avaliação Somativa.....	18
4. A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO.....	21
5. AVALIAÇÃO: para quê?.....	27
6. MODELOS DE AVALIAÇÃO.....	29
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

Discutir a avaliação no processo educativo traz muitas implicações, pois o ato de avaliar é complexo e amplo e se constitui de momentos essenciais para esse processo, daí porque a necessidade de se discutir a avaliação sob um viés em que pese o diagnóstico e a tomada de decisão e não somente a classificação e a mensuração de dados sobre o aluno por meio de notas. Apesar das muitas discussões que se fazem em torno da avaliação, ainda são muitos os problemas enfrentados no âmbito educacional que dizem respeito às práticas avaliativas.

De acordo com Luckesi (2005, p. 17) acerca da pedagogia do exame, esse teórico afirma que:

A característica que de imediato se evidencia na nossa prática educativa é de que a avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino que nossa prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma “pedagogia do exame”.

A avaliação é um elemento do processo educativo que demanda considerações muito importantes em sua reflexão e se torna um tema recorrente, pois ao longo de seu uso prática no âmbito educativo, muitos problemas estão relacionados á uma prática de avaliação errônea (LUCKESI, 2005, p.17). Pensar em avaliação é pensar numa prática que requer cuidado e dedicação, compromisso e acompanhamento do educador no instrumento em que ele se utiliza para avaliar, pois este procedimento é dinâmico e construtivo que é parte do início, do meio e do fim do processo de aprendizagem.

É nesta direção que a escola e o professor não podem assumir uma prática avaliativa que esteja pautada no exame. Para além da escola que tem provocado a difusão desse tipo de pedagogia, é consenso que “pais, sistemas de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma escolaridade para outra” (LUCKESI, 2005, p. 18).

Tem sido tomada como uma proposta de avaliação examinadora e mensurável desde muito tempo nas escolas, o que tem levado a ação docente, a escola e o professor está ainda bastante atrelado à classificação. E na visão de Luckesi (2005, p. 18) “o nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino-aprendizagem”.

Tendo em vista a relevância que a avaliação tem para o processo ensino aprendizagem e a ausência de uma prática avaliativa que não seja apenas classificatória, mas que vise o pleno desenvolvimento do fazer avaliativo em sua totalidade (PERRENOUD, 1999, p. 78-79).

A relevância do estudo reside, pois, na busca em discutir sobre aquilo que marca de positivo e de negativo o ato de avaliar, a avaliação da aprendizagem, ao mesmo tempo em que permite refletir sobre os instrumentos avaliativos, os tipos de avaliação realizados na escola e os problemas que permeiam a temática em discussão. O Meu interesse pela avaliação começou nos estágios supervisionados, no 2º ano do ensino fundamental, quando iniciei a observação do estágio, era bem na semana de prova, e pude perceber que a professora fazia a revisão da prova, e no outro dia a prova era a mesma da revisão, pois percebi que os alunos não eram avaliados pelo o que eles sabiam e aprendiam sim por decorar a prova, diante disso, encontrei meu interesse em estudar os teóricos que falam sobre avaliação da aprendizagem escolar e discutir seus instrumentos, conceitos e tipos de avaliação.

De acordo com Perrenoud (1999, p. 79-80) a avaliação, analisada por esse viés, parte do pressuposto de que sua utilização é um processo amplo e abrangente e por ela atravessam muitas questões entre as quais o fato de que o ato de avaliar é contínuo, formativo e diagnóstico e não apenas um mecanismo que preconiza a seletividade, a classificação e a mensuração do ato de aprender.

A prática avaliativa da escola pública não deve classificar medir, excluir ou desconsiderar o que de fato o aluno aprendeu, mas considerar o saber que o aluno já adquiriu e a análise de sua aprendizagem não deve partir tão

somente de um instrumento mensurável e punitivo, mas, sobretudo, que proponha a exposição qualitativa daquilo que é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem. Segundo afirma Perrenoud (1999 p. 26-27);

Os alunos são considerados como tendo alcançado êxito ou fracasso na escola porque são avaliados em função de exigências manifestadas pelos professores ou outros avaliadores, que seguem os programas e outras diretrizes determinadas pelo sistema educacional. As normas de excelência e as práticas de avaliação, sem engendrar elas mesmas as desigualdades no domínio dos saberes e das competências, desempenham um papel crucial em sua transformação, em classificações e depois em julgamentos de êxito ou de fracasso: sem normas de excelência não há avaliação; sem avaliação não há hierarquias de excelência, sem hierarquias de excelência, não há êxitos ou fracassos declarados e, sem ele, não há seleção, nem desigualdades de acesso às habilitações almejadas (...)

É bem verdade que, para que haja uma educação de qualidade torna-se imprescindível que as estratégias e métodos avaliativos contribuam de alguma forma para isso, uma vez que a própria qualidade da educação pauta-se nos instrumentos avaliativos que se dão em torno dos diversos aspectos do ensino e da aprendizagem. Acontece que essa contribuição significativa dos métodos de avaliação não vem sendo libertaria e se reproduz a pedagogia tradicional de classificar o aluno e zelar pelo seu fracasso, reprovação ou aprovação.

Diante dessa concepção avaliativa, o presente trabalho tem como objetivo analisar as propostas contidas nos documentos oficiais (Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Parâmetros Curriculares Nacionais do 2º ano do Ensino Fundamental) sobre o processo avaliativo no ensino fundamental menos das escolas públicas. Dessa maneira, o estudo se propõe a apresentar as mais variadas vertentes do termo avaliação, caracterizar os tipos de avaliação existentes no sistema educacional, distinguindo-os à luz de vários teóricos que discutem sobre o tema e dos documentos oficiais, assim como propor estratégias de avaliação que leve o educando a refletir pessoalmente sobre seu aprendizado.

As questões problematizadoras que nortearão o alcance do objetivo a que se propõe o estudo são: como se apresenta o processo avaliativo nas escritas dos teóricos que tratam a avaliação? Qual o objetivo do ato de avaliar proposto nos constructos dos teóricos que tratam a avaliação? Os instrumentos de avaliação sugeridos pelos teóricos que tratam a avaliação têm auxiliado o processo de ensino e aprendizagem? De que maneira a avaliação torna-se instrumento de reflexão acerca do processo de ensino e aprendizagem?

Assim sendo, o estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, pois realizei uma abordagem sobre o tema, diante das principais teorias que discutem sobre o tema e dos documentos oficiais. Assim, o trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo realizam-se uma abordagem sobre as diversas definições /conceituações sobre avaliação. O segundo trata dos tipos de avaliação. No terceiro capítulo realiza-se uma análise da importância da avaliação. O quarto capítulo trás o estudo acerca do questionamento: avaliação, para quê? Como uma forma de compreender porque a escola ainda se utiliza da prática de avaliação não como instrumento que auxilia sua práxis, mas como uma forma de medir a aprendizagem do aluno por meio da prática da quantificação dessa aprendizagem. O quinto e ultimo fala da importância da avaliação.

2. CONCEITOS DE AVALIAÇÃO

São vários os conceitos de avaliação, muitos são os teóricos que falam sobre o termo avaliação e tem uma definição pessoal de cada um, nos avaliamos e somos avaliados todos os dias e de diferentes formas. A meu ver avaliar e transmitir seus conhecimentos de forma que o ser humano receba e entenda o que esta sendo repassado pelo transmissor.

A avaliação é tão antiga quanto o surgimento da consciência de valor que o homem tem. A avaliação é uma das características próprias do ser humano, pois sempre esteve presente na vida humana e constantemente o homem faz uso da avaliação muitas vezes sem que perceba.

É bem verdade que observando o sistema educacional do país de um modo geral, percebe-se que as duas maneiras de tomar a avaliação no processo de ensino aprendizagem se fazem necessários. No entanto, entende-se que, de acordo com Fernandes e Freitas (2007, p. 47)

A avaliação é uma das atividades que ocorre dentro de um processo pedagógico. Este processo inclui outras ações que implicam na própria formulação dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos e métodos, entre outros. A avaliação, portanto, sendo parte de um processo maior, deve ser usada tanto no sentido de acompanhamento do desenvolvimento do estudante, como no sentido de uma apreciação final sobre o que este estudante pôde obter em um determinado período, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras.

É possível observar que, a finalidade da avaliação é promover a aprendizagem e não medir sua capacidade. Avaliar é apreciar o resultado do processo e não o resultado final, tão somente, sem levar em consideração aquilo que o educando absorveu durante o processo.

Hadji (2001, p. 65) define a avaliação como uma “possibilidade oferecida aos professores para que estes a coloquem a serviço da relação de ajuda para com seu aluno”. Na concepção de Hoffman (2001, p. 16-17) entender a prática avaliativa, nessa perspectiva, é compreender que;

Os estudos em avaliação deixam para trás o caminho das verdades absolutas, dos critérios objetivos, das medidas padronizadas e das estatísticas, para alertar sobre o sentido essencial dos atos avaliativos de interpretação de valor sobre o objeto da avaliação, de um agir consciente e reflexivo frente às situações avaliativas e de exercício do diálogo entre os envolvidos.

É consenso, que a avaliação não é o ato de classificar e medir, atribuir notas. A avaliação é o ponto de partida e também de chegada do processo de ensino e aprendizagem. Se é verdade que o aluno que tem de ser avaliado, é mais verdade ainda que o professor também deva investigar como anda sua prática, até porque, ambos estão imersos no mesmo processo e são, portanto, passíveis de avaliação quanto ao papel que desempenham.

A partir do século XX, a expressão “exame” foi substituída por “testes psicológicos”. Na verdade, quando o termo avaliação aparece vem com ele a intenção de camuflar a função controladora que admite, pois, assim sendo, facilita sua ação pedagógica (LUCKESI, 2005, p. 19)

É correto afirmar que, nos dias atuais, mesmo assumindo várias concepções que explicam a avaliação por outro viés que não o classificatório, ao longo de sua trajetória histórica e constituição, a avaliação controladora se fez resistente, haja vista que, mesmo não classificando ou medindo, a avaliação foi criada com o objetivo de controlar o aluno, submetê-lo a algo.

Avaliação foi criada como uma prática de controle social e intelectual, daí a necessidade de se afirmar de forma tão consciente que, mesmo nos dias atuais, a escola traduz-se como um dos principais aparelhos ideológicos que a classe dominante mantém no contexto social onde difunde seus valores e ideologias que visam a manutenção e a permanência dessa classe (SANTOS, 2008).

A escola nos transmite a idéia de fazer com que seus alunos, conheçam seus valores e ideais no contexto social, mais a nossa escola de hoje não é assim, o aluno é um simples receptor de conteúdo, e muitas vezes o professor não vai atrás para ver sua prática de avaliação e se o aluno esta sendo bem avaliado.

Baseado nessa concepção é possível observar que ao longo do tempo ocorreram transformações tanto no conceito quanto na forma de perceber a avaliação. E assim foi por que se admite hoje que a concepção de avaliação é subjacente à legislação, onde até a década de 1930 esta consistia apenas na atribuição de notas e o instrumento avaliativo era a prova que tinha a função de apenas medir o nível do desenvolvimento do aluno. Foi somente a partir da década de 1970 que houve uma mudança sobre a concepção de avaliação e esta passou a ser um meio de determinar se os objetivos educacionais foram alcançados, fornecendo informações que serviriam para uma orientação e também para a reformulação do planejamento curricular (MAIA, 1984).

A avaliação da aprendizagem tem seus princípios e características no campo da Psicologia onde as duas primeiras décadas no século XX foram marcadas pelo desenvolvimento dos testes que serviam para medir a capacidade do aluno. Para Dalben (1999, p. 78)

Este novo conceito de avaliação defende uma nova concepção de trabalho psicológico, alterando a perspectiva transmitida do processo de ensino. Problema de uma alteração permanente: professor x aluno x conhecimento, e, neste contato o sentido de avaliação direciona-se para um processo de investigação contínua e dinâmica da relação pedagógica como um todo.

De acordo com a visão do autor, ao professor caberia o papel de acompanhar todo o processo de avaliação, coletando dados e informações sobre o aluno e cuidadosamente registrar suas necessidades e possibilidades, em virtude de que a avaliação é considerada como contínua e dinâmica.

Várias são as tendências educacionais que se articulam ativamente norteando o processo de ensino e aprendizagem, de maneira que tais tendências têm contribuído grandemente para que os participantes do processo de ensino e aprendizagem adotem novas posturas e atitudes frente ao ato de avaliar e possam assim, sanar as deficiências que a prática avaliativa tem provocado.

3. TIPOS DE AVALIAÇÃO

Temos varias tipos de avaliação, seja fora ou dentro da sala de aula, mais infelizmente sabemos que as escolas adotam a maneira mais tradicional de avaliar, ha prova, é ela que vai identificar o erro e o acerto do aluno e dar a nota.

A prática da avaliação, dentro do modelo escolar liberal conservador, terá de obrigatoriamente ser autoritário, pois esse caráter pertence à essência dessa perspectiva de sociedade que exige controle e enquadramento dos indivíduos em parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, seja pela utilização de canções explícitas ou pelos meios de comunicação. Nessa perspectiva, a avaliação educacional será assim um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas, como também das condutas sociais, no contexto escolar (LUCKESI, 1978, p. 5-5).

O atual sistema avaliativo presente nas escolas estipulou a função de avaliar como a classificação e não como um diagnóstico, como deveria ser, ou seja, o julgamento de valor, que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o “objeto” avaliado, exerce a função estática de classificar um objeto um ser humano histórico num padrão determinado. Ela não serve como a prática do repensar e do refazer, mas como instrumento julgador, meio pelo qual se julga a prática e a estratégica. (VILLAS BOAS, 2004, p. 17).

De fato, o momento de avaliação deveria ser um momento de desenvolvimento de sua pratica de forma dinâmica para o processo de ensino-aprendizagem, para que, em seguida, retomasse o professor de forma mais adequada. A avaliação nunca é um ponto definitivo de chegada, principalmente quando o objeto da ação avaliativa é dinâmico, como a aprendizagem.

Enquanto exercer sobre o sistema educacional a ação classificatória, a avaliação não auxiliará o educador no que se refere ao avanço e crescimento de seus educados, pois não vai ser uma avaliação de qualidade e sim a mera classificação de notas. São três os tipos de avaliação, formativa, diagnostica e somática, que iremos discutir um pouco sobre cada uma delas.

3.1 Avaliação Formativa

Pode-se considerar como avaliação formativa toda prática de avaliação contínua que pretenda contribuir para melhorar a aprendizagem em curso e não apenas para verificar se os objetivos foram ou não alcançados. (VILLAS BOAS, 2004, p. 17-17).

A função avaliativa que se harmoniza com a anatomia escolar preconizada pela construção coletiva do projeto político-pedagógico é a formativa, por ser a que se destina a apoiar, o desenvolvimento do trabalho escolar em todas as dimensões.

Do aluno rejeitando-se qualquer situação de classificação e de rotulação, como por exemplo, a criação de turmas de alunos de “baixo rendimento” que assim se mantém durante todo o ano letivo; e do professor sem o que não haverá o desenvolvimento do aluno. Dá-se destaque aqui ao desenvolvimento do professor, dada a sua proximidade com o aluno. Porém, entende-se que todos os profissionais da educação que interagem com o aluno precisam ter garantidas suas oportunidades de crescimento.

3.2 Avaliação Diagnóstica

Esse tipo de avaliação descreve a situação de cada educando ao se iniciar um programa de curso ou uma unidade de ensino e/ou analisar as causas de um eventual bloqueio de aprendizagem.

De um lado se dá exclusivamente a avaliação diagnóstica construtivista, que respeita os ritmos e as características de cada aluno, por outro lado, pode ser utilizada como uma avaliação classificatória que funciona como poderoso instrumento de discriminação e exclusão, fazendo credenciamento ou descredenciamentos injustos e odiosos. Nunca é demais reiterar a pertinência da avaliação diagnóstica durante o processo ensino aprendizagem e a indicação dos níveis de aprendizagem nas terminalidades.

3.3 A Avaliação Somática

A avaliação é uma atividade que envolve legitimidade técnica e legitimidade política na sua realização. Quem avalia, deve realizar a tarefa com a legitimidade técnica que a formação profissional lhe concede (VILLAS BOAS, 2004, p. 17).

O professor deve, pois estabelecer e respeitar princípios e critérios que estão refletidos no coletivo da sala de aula e que são referenciados no projeto político-pedagógico, na proposta curricular e em suas convicções construídas em torno do papel social que a escola desempenha (PERRENOUD, 1999, p. 56).

A concepção de avaliação somativa foi construída quando se admitiu como pressuposto básico para a avaliação que este instrumento pedagógico é, no senso comum, sinônimo de medida, de atribuição de um valor em forma de nota ou conceito (VILLAS BOAS, 2004, p. 19). Mas a avaliação é muito mais do que um processo de realizar provas e testes, atribuir notas ou conceitos, pois tais procedimentos são apenas parte de um todo (PERRENOUD, 1999, p. 57).

Para Villas Boas (2004, p. 19)

A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. Avaliar refere-se à reflexão sobre as informações obtidas com vistas a planejar o futuro. Portanto, medir não é avaliar., ainda que o medir faça parte do processo de avaliação.

Tendo como referência o pensamento acima, é preciso definir a avaliação somativa como aquela que ocorre ao final do processo e que tem como finalidade apreciar o resultado deste processo, de modo que assim sendo, não existe um tipo de avaliação nem pior, nem melhor do que o outro, apenas é necessário lembrar que estes tipos de avaliação têm objetivos diferenciados, diversos. Portanto, a idéia é não transformar o ato de avaliar em

apenas somativo ou avaliação diagnóstica, mas, realizar tais avaliações no decorrer do processo (HADJI, 2001, p. 72).

Em decorrência do mau uso da avaliação somativa, acredita-se que esse tipo de avaliação exclui o aluno do sistema de aprendizagem, todavia, “tanto a avaliação somativa quanto a formativa pode m levar o aluno a processos de exclusão e classificação, na dependência das concepções que norteiem o processo educativo” (HOFFMAN; ESTEBAN, 2004, p. 112).

Assim sendo, é corrente afirmar que a avaliação não deve ser usada com o objetivo de punir, de classificar ou excluir, como tem ocorrido com as práticas de avaliação nas escolas (FREIRE, 1994, p. 21).

4. A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO

Avaliar é um reflexo da educação que tem grande importância como já se sabe. Essa prática deve ser capaz de julgar o valor do aluno e possibilitar que ele cresça como indivíduo e como integrante de uma sociedade. Em última instância, deve visar a superação da exclusão. A dimensão social da avaliação é de variável, mas chega a um ponto altamente positivo, quando se desempenha nela aspectos muito maiores que a mensuração de valores. O vocábulo significa ter valor e no senso comum é empregado no sentido de atribuir valor a um objeto. Assim, a avaliação permite diversos significados, tais como: verificar, colocar, medir, apreciar, classificar, diagnosticar etc...

Avaliar, segundo Luckesi (1998) significa determinar a valia ou o valor de: apreciar ou estimar o merecimento de: avaliar um caráter; avaliar um esforço; etc. Com esta significação, a avaliação se encerra com a determinação de um juízo de valor sobre a realidade. Dentro da perspectiva pedagógica, esta acepção não é suficiente, pois, segundo Luckesi (1998) a avaliação do aproveitamento escolar precisa ser praticado como uma atribuição de qualidade dos resultados da aprendizagem dos alunos e percebida como um ato dinâmico, que precisa ter como objetivo final uma tomada de decisão que vise direcionar o aprendizado para seu pleno desenvolvimento enquanto educando.

Essa visão é ampliada, de acordo com o pensamento de Saviani (1983, p.38) quando se considera que “avaliar é ser capaz de acompanhar o processo de construção de conhecimento do educando, para ajudar a superar obstáculos”.

Perrenoud (2001), por sua vez, afirma que a avaliação tradicional, além de produzir fracasso, empobrece o processo de ensino-aprendizagem, induzindo os professores a utilizarem didáticas conservadoras.

De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), a avaliação do rendimento escolar do aluno deverá

observar os seguintes critérios: contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Incidindo sobre os aspectos globais do processo ensino-aprendizagem, a avaliação oferece informações sobre os objetivos, os métodos, os conteúdos e os materiais pedagógicos.

A ação de avaliar serve para constatar o que está sendo construído e assimilado pelo aluno. Cumpre também, o papel de identificar dificuldades para que sejam desenvolvidas atividades diversificadas, ou seja, ela representa um diagnóstico global do processo vivido em sala de aula. Esse acompanhamento contínuo é muito valioso para ambos os lados.

Destarte, é fato que em nossas escolas persiste o mito de que uma escola não reprova não é uma escola de qualidade. A grande persistência dos professores em, ainda, manter a aprovação e a reprovação (dados quantitativos), e mesmo criticar novas estratégias, como regimes seriados e escolaridade por ciclos, se explica pela necessidade natural de uma sociedade em desenvolvimento perceber a sua escola como uma escola de qualidade que se conhece é aquela conservadora, tradicional, a que os pais estudaram e que as famílias conhecem. Por outro lado, nesse processo de mudança, muitas escolas e professores entenderam o processo de não-reprovação como um processo de não avaliação.

Uma das questões freqüentemente encontradas aos professores diz respeito a não realização de provas onde se argumenta que tal situação se assenta no tipo de avaliação mediadora. É um equívoco esse pensamento na medida em que o termo “prova” possa nos agredir pelo seu significado de uma prova terminal, o teste, a tarefa e o exercício são extremamente necessários para o acompanhamento do aluno.

As escolas são tradicionais e apresentam um período pontual para a realização das avaliações: a) investigação dependentes de exames (única fonte de atribuição de notas), b) classificatórias e c) excludentes. (LUCKESI, 2005, p. 58)

Em linhas gerais, a avaliação realizada nas escolas estaduais da cidade Francisco Santos, constitui uma etapa estanque, posterior às etapas do ensino e de aprendizagem, culminando com a etapa de classificação dos alunos. Na etapa de ensino, os professores colocam-se à frente dos alunos e lhes transmitem conteúdos para a etapa posterior de avaliação.

Para inserir a avaliação numa perspectiva transformadora, se faz necessário remover o caráter de terminalidade e verificação dos conteúdos assimilados, tão presentes neste sistema educacional, com o objetivo de que os resultados da avaliação possam ser concebidos como indicadores para a reorientação da prática educacional e nunca como um meio de estigmatizar os alunos (BRASIL, 2000).

Luckesi (1998) nos lembra que, por muitas vezes, o que fazemos no nosso sistema educacional é verificação da aprendizagem por meio de notas ou conceitos, cuja meta principal é classificar alunos em aprovados, reprovados, ou colocá-los sob a suspeita de apresentar distúrbios ou algumas dificuldades de aprendizagem. Para o autor, esse procedimento difere do real sentido da avaliação que na sua ótica é compreender os progressos, limitações e dificuldades que os alunos encontram para alcançar os objetivos pedagógicos propostos.

Nessa mesma ideia, Hoffman (2001, p. 26) ressalta que a avaliação, quando praticada como uma função classificatória e burocrática revela um princípio de descontinuidade e fragmentação do conhecimento. Desta forma, o professor executa apenas uma imposição burocrática e o aluno sofre com as conseqüências desse processo avaliativo.

Ainda segundo Hoffman (2001, p. 31) “ambos perdem nesse momento e descaracterizam a avaliação de seu significado básico de investigação e dinamização ao processo de conhecimento”. Portanto, nesse modelo a avaliação classificatória funciona na lógica da seleção e da hierarquia de saberes e de pessoas, contribuindo para a competição, homogeneidade e exclusão dentro do contexto escolar, pois atua sobre o prisma da negação.

(...) “negação ao outro do diferente, de suas práticas, de seus saberes, de suas formas de vida, de seu contexto cultural, de sua realidade social, negação do diálogo e das múltiplas possibilidades”. (ESTEBAN, 2002).

Hoffmann (2001, p. 33-33) considera fundamental a postura questionadora do professor e percebe a avaliação como reflexão transformada em ação, que desencadeia sempre novas reflexões. A autora identifica esse processo como interativo, pois, através dele, educadores aprendem sobre si mesmos, bem como sobre a realidade educacional durante a própria prática avaliativa.

A concepção de avaliação contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's é compreendida como:

a) elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; b) conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como; c) elemento de reflexão contínua para o professor sob sua prática educativa; d) instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades, ações que ocorrem durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho (BRASIL, 2000, 111).

A Teoria das Inteligências Múltiplas, estudado por Gardner (1995), propõe uma reestruturação significativa na forma pela qual os educadores avaliam a aprendizagem dos alunos. Essa teoria é um modelo cognitivo que tenta descrever como os indivíduos usam suas inteligências para resolver problemas e criar produtos.

A teoria surgiu como uma contraposição aos testes de inteligência desenvolvidos por Binet e propõe a existência de um aspecto de inteligências a comandar a mente humana. Gardner (1995) apresenta uma visão multifacetada de inteligência e uma percepção pluralista da mente. Ela sugere múltiplas maneiras de avaliar os alunos e assegura “que os alunos devem ser capazes de mostrar competência em uma determinada habilidade, assunto, área de conteúdo ou domínio em qualquer uma de várias formas.” (GARDNER, 1995, p. 152).

Essa perspectiva de avaliação da aprendizagem do aluno acredita que se os alunos são beneficiados quando aprendem de diversos modos, também se beneficiarão ao demonstrarem seus conhecimentos utilizando várias formas. Sendo assim, a prática avaliativa deve ser capaz de ir além de avaliar a aprendizagem, entender o valor do aluno e propiciar seu crescimento como indivíduo e como integrante de uma sociedade. E que acima de tudo, seja uma avaliação envolvida com uma prática real, inovadora e não excludente.

Vygotsky (1987), na sua teoria sócio-interacionista, fornece subsídio para uma postura pedagógica que discute a segregação como uma via para a consolidação das deficiências avaliativas. Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação deverá ser diagnóstica, isto é, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento de identificação de novos rumos.

Segundo Luckesi (2005, p. 27) “Deve ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos”. Vygotsky (op. cit., 53) afirma que a avaliação da aprendizagem,

Deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que se possa avançar no seu processo de aprendizagem.

Para tanto, o objetivo final da avaliação é o de identificar cada vez mais a escola com a sociedade brasileira a fim de que a cultura e o conhecimento técnico-científico tornem-se bens de qualidade possuídos por todos e para que se tenha, de fato, escolas comprometidas com a formação de cidadãos e cidadãs (VILLAS BOAS, 2004, p. 22-22).

Diante disso, encontra escolas competentes, que saibam avaliar nos dias de hoje é praticamente impossível, por que infelizmente tenho escolas e instrumentos de avaliação ainda tradicionais.

A avaliação institucional não pode reduzir-se a um processo técnico, porque ela deve estar inserida num projeto de educação e de sociedade, um Projeto Político Pedagógico. Na perspectiva de uma “práxis transformadora” a avaliação deve ser considerada como um compromisso com a aprendizagem de todos “e compromisso com a mudança institucional” (FREIRE, 1980, p. 27).

Habermas (2002) cita dois tipos de racionalidade que fundamentam o paradigma do Projeto Político Pedagógico da escola que é: Racionalidade instrumental de dominação conduz a escola burocrática, rotineira, autoritária e que inibe qualquer criatividade ou diferença individual. Nessa perspectiva, não há valorização profissional e não se fomenta projetos coletivos, mas há isolamentos e cisões constantes, para manter a dominação, e a Racionalidade comunicativa (intersubjetiva): constrói um projeto coletivo, portanto na coletividade (Habermas) e no diálogo (Paulo Freire), valoriza a todos, promove união coletiva, criatividade, autonomia, essenciais para entendimento entre as pessoas, e cumprimento dos objetivos da escola.

Se estes são os paradigmas pelos quais a escola deve construir seu Projeto Político Pedagógico (PPP) são por meio deles também eu a escola deve promover suas avaliações para não correr o risco de não quebrar os tradicionais modelos de avaliação que apenas se repetem em avaliações punitivas. É dentro dessa visão que Luckesi (2005, p. 102-102) discorre sobre o planejamento e a avaliação na escola concebendo-as como uma articulação e necessária determinação ideológica.

5. AVALIAÇÃO: para quê?

Luckesi (2005, p. 52) aborda: “a avaliação que se pratica na escola, é a avaliação da culpa”. As notas são usadas para fundamentar a classificação dos alunos. Os currículos de nossas escolas têm sido proposto para atender a massificação do ensino. Não se planeja para cada aluno, mas para muitas turmas de alunos numa hierarquia de séries, por idade, mas, espera-se de uma classe com trinta ou mais alunos, numa única resposta certa.

Perrenoud (2000, p. 27) atribui o fracasso escolar às dificuldades de aprendizagem e com a expressão de uma falta objetiva de conhecimentos e competências. Esta visão que “naturaliza” o fracasso impede a compreensão de que ele resulta de formas e de normas de excelência que foram instituídas pela escola, cuja execução revela algumas arbitrariedades entre as quais a definição do nível de exigência que a escola valoriza. Ainda segundo Perrenoud (2000, p. 28) as classificações escolares refletem às vezes, desigualdade de competências muito efêmeras logo não se pode acreditar na avaliação da escola.

O universo da avaliação escolar é simbólico e instituído pela cultura da mensuração, legitimado pela linguagem jurídica dos regimentos escolares, que legalmente instituídos, funcionam como uma vasta rede e envolvem a escola (LUDKE; ANDRE, 1986, p. 51-54). Compreender as manifestações práticas da prática avaliativa é, ao mesmo tempo, compreender aquilo que nela está oculto.

Acreditar que as notas ou conceitos possam por si só explicar o rendimento do educando e justificar uma decisão de aprovação ou retenção, sem que sejam analisados o processo de aprendizagem, as condições oferecidas para promover a aprendizagem do aluno, a relevância do resultado na continuidade de estudos, é, sobretudo, tornar o processo avaliativo extremamente reducionista, reduzindo as possibilidades de professores e alunos tornarem-se detentores de maiores conhecimentos sobre aprendizagem e ensino.

Avaliar exige, antes que se defina aonde se quer chegar, que se estabeleçam os critérios, para, em seguida, escolherem-se os procedimentos, inclusive aqueles referentes à coleta de dados, amparados e postos em cheque com o contexto e a forma em que foram produzidos. Para Hadji (2001), a passagem de uma avaliação normativa para a formativa implica necessariamente uma modificação das práticas do professor em compreender que o aluno é, não só o ponto de partida, mas também o de chegada.

A função nuclear da avaliação é ajudar o aluno a aprender e ao professor, ensinar. Perrenoud (2000, p. 32), determinando também quanto e em que nível os objetivos estão sendo atingidos.

Para isso, é necessário o uso de instrumentos e procedimentos de avaliação adequados. (LIBANEO, 1994, p. 204). O valor da avaliação encontra-se no fato do aluno poder tomar conhecimento de seus avanços e dificuldades. Cabe ao professor desafiá-lo a superar dificuldades e continuar progredindo na construção dos conhecimentos (LUCKESI, 2005).

No seu entender, Luckesi (2005, p. 43) afirma que “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”.

A avaliação tem que identificar em que fase o aluno se encontra para não ter um julgamento de valor errado, e para detectar em que etapa o aluno está.

Ainda segundo Luckesi (2005, p. 59) “a avaliação deverá verificar a aprendizagem não só a partir dos mínimos possíveis, mas a partir dos mínimos necessários”. Para esse teórico também é importante os critérios, pois a avaliação não poderá ser praticada sob dados inventados pelo professor, apesar de não serem fixos e imutáveis, modificando-se de acordo com a necessidade de alunos e professores.

Modificar a forma de avaliar implica na reformulação do processo didático-pedagógico, deslocando também a idéia de avaliação do ensino para a

avaliação da aprendizagem. Saviani (2000, p. 41), afirma que o caminho do conhecimento:

É perguntar dentro da cotidianidade do aluno na sua cultura, é preciso concretizá-lo no cotidiano, questionando, respondendo, avaliando, num trabalho desenvolvido por grupos e indivíduos que constroem o seu mundo e o fazem por si mesmos.

Portanto, a prática avaliativa implica num trabalho complexo que contempla o cotidiano do aluno, sua cultura e um trabalho em grupo que não se limita apenas à mensuração quantitativa, mas zela pela aprendizagem mediatizada pelo professor dentro de um contexto no qual ele está inserido.

6. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação deverá ser diagnóstica, isto é, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento de identificação de novos rumos. De acordo com Luckesi (1998) “deve ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos”.

Vygotsky (1987, p. 102) afirma que a avaliação da aprendizagem,

deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que se possa avançar no seu processo de aprendizagem.

O objetivo final da avaliação é o de identificar cada vez mais a escola com a sociedade brasileira a fim de que a cultura e o conhecimento técnico-científico tornem-se bens de qualidade possuídos por todos e para que se tenha, de fato, escolas comprometidas com a formação de cidadãos e cidadãs.

A avaliação institucional não pode reduzir-se a um processo técnico, porque ela deve estar inserida num projeto de educação e de sociedade, um Projeto Político Pedagógico. Na perspectiva de uma “práxis transformadora” a avaliação deve ser considerada como um compromisso com a aprendizagem de todos “e” compromisso com a mudança institucional”. (FREIRE, 1996).

Habermas (2002, p. 21) cita dois tipos de racionalidade que fundamentam o paradigma do Projeto Político Pedagógico da escola.

Racionalidade instrumental de dominação conduz a escola burocrática, rotineira, autoritária e que inibe qualquer criatividade ou diferença individual. Nessa perspectiva, não há valorização profissional e não se fomenta projetos coletivos, mas há isolamentos e cisões constantes, para manter a dominação.; Racionalidade comunicativa (intersubjetiva): constrói um projeto coletivo, portanto na coletividade (Habermas) e no diálogo (Paulo Freire), valoriza a todos, promove união coletiva, criatividade, autonomia, essenciais para entendimento entre as pessoas, e cumprimento dos objetivos da escola.

São vários os instrumentos avaliativos usados no processo de ensino-aprendizagem que os autores sobre a temática discutem: provas (objetivas, orais e subjetivas), exercícios, prática, frequência e participação. Cabe ao professor ter conhecimento desses diferentes instrumentos avaliativos e de melhor maneira de utilizá-los, para isso é necessário a convicção do educador de que a avaliação não deve ser um instrumento de pressão para manter a atenção do aluno ou o respeito mútuo.

Os instrumentos de avaliação devem ser utilizados como forma de prever a organização do trabalho e atuação do aluno frente ao conteúdo trabalhado, pois já se sabe que a avaliação é de grande importância, no entanto, não com o fim de medir, mas de levar o professor e o aluno a auto avaliação diante daquilo que se coloca no processo de aprendizagem.

Geralmente, nos estabelecimentos de ensino são usados alguns modelos avaliativos. Como já se sabe, anteriormente, a avaliação era apenas através de provas, essa prática é tida como tradicional apenas através de provas, já que atualmente com o grande crescimento das tecnologias de informação o aluno já chegar na escola com uma bagagem muito grande de conhecimento, o que faz necessário que o professor o avalie de maneiras diferentes e variadas. (LUCKESI, 2005).

A prova é talvez, o mais tradicional dos instrumentos avaliativos, e tem sido muito criticado em vários estabelecimentos de ensino, principalmente naqueles de natureza construtivista. Mas, como todo e qualquer instrumento avaliativo, apresenta pontos positivos e negativos. Os pontos positivos são: praticidade, rapidez de realização e o uso do exercício constante de memorização; e dois negativos: impede o aluno de expressar o seu entendimento a cerca de certo conteúdo e contribui para a famosa “cola” entre os alunos. (LUCKESI, 2005).

Segundo Ronca e Terzi (1991. p.39) “só se estuda se tiver prova... Só se estuda para prova... Só se estuda se cair na prova... Só se estuda o que cai na prova”. Na prova objetiva, o aluno geralmente fica disperso, realiza a

avaliação de forma desatenta, mesmo sabendo o conteúdo ele confunde – se facilmente.

Naquelas instituições de natureza construtivista, e para aqueles de pensamento construtivista, a prova discursiva talvez, seja o modelo avaliativo mais adequado, uma vez que a mesma traz questões investigativas, dado uma situação problema acerca do assunto aprendido, e o aluno deve dar respostas para a pergunta formulada. Nesse tipo de avaliação o aluno consegue fazer uma relação do conteúdo trabalho com a realidade do seu cotidiano.

Métodos avaliativos como prática freqüência, participação e exercícios, são cada vez mais comuns nem algumas escolas e para alguns professores que consideram relevante realizar a avaliação de maneira diversificada, botando o aluno para aprender fazendo, freqüentando e participando das aulas de forma diferente e constante.

Não é possível compreender e participar a avaliação do ensino aprendizagem sem instrumentos que concretize, de alguma maneira essa ação. A avaliação enquanto área de conhecimento da educação sofre influência dos diferentes contextos pedagógicos, sociais, políticos, econômicos e culturais, e a mesma deverá ser realizada em processo flexível e sistemático, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos (LUCKESI, 2005).

A avaliação para cumprir este papel, deve estar inserida, de modo coerente, em um projeto político-pedagógico; pois a apropriação do conceito não é suficiente para as transformações necessárias no processo avaliativo. A avaliação não está isenta de valores, e não pode ser um puro instrumento técnico, ela é bastante diversa, e o professor deve usar essa diversificada na hora de avaliar o seu aluno. É necessário avaliar o educando na sua freqüência, na sua participação nas aulas e na absorção e entendimento dos conteúdos, pois assim, o educador poderá fazer um diagnóstico mais preciso do que realmente o aluno aprendeu (HOFFMANN, 2001).

A avaliação do ensino aprendizagem tem sido aplicada especialmente ao final de uma unidade de ensino ou período letivo, com o objetivo de

classificar ou selecionar os estudantes de acordo com o aproveitamento, tendo em vista sua aprovação de uma série ou período para outro. A avaliação deve ser um processo, um caminho orientador para a aprendizagem do aluno, não podendo a mesma acontecer apenas de maneira metódica para selecionar aluno ou cumprir normas estabelecidas por um sistema. (HOFFMANN, 2001).

O processo de avaliação da aprendizagem não deve ser visto apenas como uma maneira de avaliar o produto, os resultados. Essa prática distorcida desse processo tem se tornado um dos motivos do fracasso escolar e da desigualdade social dentro e fora das instituições de ensino. Pedro Demo diz que:

Sem maiores diatribes teóricas, será válido afirmar que avaliação é fenômeno caudatório da desigualdade social. Todavia, assim como a desigualdade social tem sua dimensão positiva – é o motor dialético - estrutural da mudança história - , a avaliação também pode ter. Uma coisa é a avaliação que expressa o confronto de privilégios e a estes serve; outra coisa é a avaliação voltada para as condições de desempenho social dos excluídos. (DEMO, p. 17, 1996).

No momento em que a avaliação da aprendizagem é realizada apenas para a promoção de alunos de uma série para outra, ou selecionar alunos “bons” e “ruins”, a mesma passa a ser mais um fator de desigualdade social tão constante na sociedade. Sendo assim, a avaliação de ser vista como uma saída para melhorar a educação e o ensino. Caso contrário, a mesma acaba sendo usada apenas como uma maneira de exclusão e de seleção de alunos, ou como forma de adquirir notas para pôr em um sistema, que muitas vezes, distorcido (HOFFMANN, 2001)

Refletir sobre a formação de professores é de grande relevância para a educação, é igualmente para avaliação. O professor, ao trabalhar na tarefa educativa, exerce o processo avaliativo formal e sistemático. Pois, quem avalia também é avaliado, por isso, a importância do professor está sempre em processo de formação, pois assim, ele é avaliado para poder avaliar, a falta de preparo, de domínio e de atualização de conhecimento pelo educador pode influenciar na hora do mesmo realizar a avaliação com os seus alunos.

Segundo Demo (2002) é da lógica e da democracia da avaliação, que somente pode avaliar quem é avaliado, ainda de acordo com o autor, o

questionamento científico diz que só pode questionar quem admite ser questionado. Portanto, não é cabível um questionamento inquestionável, e não é cabível também um avaliador que foge de ser avaliado.

A maioria das discussões em torno da avaliação do ensino aprendizagem tem sido ocasionada pela tentativa de definir o sentido principal de sua prática na ação educativa. Segundo Libâneo (1999), a avaliação é uma reflexão do nível qualitativo do trabalho escolar do professor e do aluno. Sabe – se também, ainda de acordo com o autor, que ela é complexa e não envolve apenas testes e provas para determinar uma nota.

A avaliação é uma reflexão, uma análise dos dados importantes do processo ensino aprendizagem, que deve auxiliar o professor na tomada de decisão. Pode – se dizer então, que a sua principal tarefa e função: verificar, diagnosticar e controlar o processo ensino aprendizagem. Mas infelizmente, segundo Libâneo (1999), ela tem sido resumida a dar e tirar ponto, sendo apenas uma função de controle, dado a ela um caráter quantitativo.

Com tudo percebe – se que é difícil desvincular a avaliação de toda e qualquer prática educativa, que precisa – se é mudar o pensamento que se tem sobre esse assunto e procurar melhorar a avaliação que se tem, pois mudando essa prática, conseqüentemente, melhora – se o ensino. Trabalhar com a avaliação é importante no sentido de que ela esteja vinculada a uma prática educacional necessário para que se possa diagnosticar o quanto o aluno, o professor e a escola avançaram e melhoraram o seu processo de ensino aprendizagem.

As pesquisas e as experiências se multiplicam, e há uma preocupação maior no que diz respeito às renovações de programas e ao quadro das didáticas das disciplinas. A formação contínua se desenvolve, a formação inicial se amplia. Essa evolução poderia alimentar a ilusão de que a escola aderiu á idéia de uma avaliação formativa e de que se encaminha a passos largos para isso, a avaliação jamais é analisada em si mesma, mas como componente de um sistema de ação.

Na avaliação tradicional os alunos eram comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência. No decorrer do ano letivo, os trabalhos e as provas de rotina, criam “pequenas” hierarquias de

excelência. Outra função da avaliação tradicional é certificar aquisição em relação a terceiros, ou seja, um diploma que garanta aos empregadores que seu portador recebe formação, o que permite contratá-lo sem fazer com que ele preste novos exames, sendo que uma certificação fornece poucos detalhes dos saberes e das competências adquiridas e do nível de domínio atingido, se ele garante apenas que o aluno sabe globalmente “o que é necessário saber” para passar á série seguinte no curso (HOFFMANN, 2001).

Anteriormente a aprendizagem dos alunos era avaliada apenas através de provas e testes construídos pelo professor, não era cobrado na avaliação o conhecimento do aluno sobre um determinado assunto, e sim o que ele havia decorado o que diz um determinado autor sobre o assunto trabalhado, o educando não era levado a pensar, pelo professor, apenas a decorar e listar na prova o que ele havia decorado para obter uma nota e passar para série seguinte, sem levar em consideração o que ele já trazia de conhecimento.

Hoffmann (2001, p. 102-103) diz que:

A avaliação é essencial à docência, no seu sentido de constante inquietação, de dúvida. Um professor que não problematiza as situações do cotidiano, que não reflete passo a passo sobre suas ações e as manifestações dos alunos, instala sua docência em verdades prontas, adquiridas, pré-fabricadas.

Contudo, percebe-se que ir em direção a avaliação formativa é mudar a escola, mas não se pode abolir a avaliação, o que se faz necessário é diversificá-la, é avaliar o aluno de várias formas, não apenas através de provas e notas aprovadas e reprovadas. Pois o processo avaliativo é o vínculo mais constante entre a escola e a família, os pais devem assinar os boletins, tomando conhecimento desse modo do nível e da progressão de seu filho, e de suas dificuldades. Pois, a avaliação os tranqüiliza sobre as chances de êxito de seu filho ou os habitua, pelo contrário, á idéia de um fracasso possível, até mesmo provável.

O contexto social e cultural de hoje é um contexto rico em recursos informáticos com muitos textos e uma cultura visual muito vasta, e sendo assim, o contexto escolar exige cada vez mais um maior número de fontes de

informação para o aluno e, principalmente, para o professor que não pode mais se limitar apenas ao livro didático, ao quadro-negro e ao giz. A internet e outros meios de comunicação têm se tornado fontes imprescindíveis na coleta de dados escolares e o professor deve estar preparado para receber essas novas fontes e usá-las na hora de fazer a sua avaliação.

Constantemente o termo avaliação é associado a outros termos como: exame, nota, sucesso e fracasso, promoções e repetência. Em consequência das necessidades atuais e de novas concepções pedagógicas, a avaliação atualmente assume medidas mais amplas. O exercício educativo não tem, e nem pode ter, como meta atribuir notas, mas realizar uma série de objetivos que se traduzam em termos de mudanças de comportamento dos alunos. A avaliação deve justamente verificar em que medidas esses objetivos estão sendo alcançados.

O processo de avaliação deve ser contínuo, e não pode ser uma coisa dispersa, tem que ser constante e deve ser planejado, caso o planejado não seja executado com 100% (cem por cento) de aproveitamento, é necessário que o mesmo seja replanejado. Daniel Stufflebeam diz que: "a avaliação é o processo de delimitar, obter e fornecer informações úteis para o julgamento de decisões alternativas" (STUFFEBEAM, 1978, p.127).

A avaliação, atualmente, além da sua tradicional função classificatória, também assume uma função de diagnóstico, bem como a de controlar a sucessão dos objetivos previstos para o processo ensino-aprendizagem. Para que avaliação possa desenvolver essas novas funções que a educação contemporânea exige, faz-se necessário o uso várias técnicas e instrumentos de avaliação como: aplicação de provas, observação, auto-avaliação e frequência, e não apenas provas escritas e notas como ocorre com a avaliação tradicional. Deve-se avaliar o aluno diariamente, levando em consideração o entendimento do educando. Para se tornar uma prática realmente nova, seria necessário que a avaliação formativa fosse a regra e se integrasse a um dispositivo de pedagogia diferenciada.

Revel (2011) coloca que a avaliação não é um processo apenas técnico, é um procedimento que inclui opções, escolhas, ideologias, crenças, percepções, posições políticas, vieses e representações, que informam os critérios através dos quais será julgada uma realidade.

O processo de avaliação tem como desafio atualmente o desenvolvimento humano, não é mais apenas obter notas para ser aprovado, e passar de uma série para a outra. Mudar o processo avaliativo é fundamental, para que a avaliação deixe de atrapalhar a prática pedagógica e ajude a qualificar a mesma, pois na educação contemporânea aquela "avaliação tradicional", técnica, não surte mais efeito sobre a aprendizagem dos educando, além de atrapalhar a prática do professor e a qualidade da educação.

Atualmente, em algumas escolas, a avaliação é usada para eliminar, selecionar ou segregar, e não para melhorar a aprendizagem dos alunos, pois emprega nas provas objetivas uma terminologia com a impressão de uma prática bem planejada, e mesmo com essa nova terminologia e utilizando novas formas, contudo a avaliação continua sendo um instrumento a serviço da exclusão e da seleção, e nunca a serviço a aprendizagem necessária á formação do cidadão e do desenvolvimento humano. Segundo Luckesi (2001) a avaliação tem por base ser pontual ou contínua, e só faz sentido quando provoca o desenvolvimento do educando. O autor coloca ainda, que para o sistema de ensino só importa os resultados gerais das notas, dos quadros gerais das notas e as curvas estatísticas.

O processo de avaliação tem como desafio atualmente o desenvolvimento humano, não é mais apenas obter notas para ser aprovado, e passar de uma série para a outra. Mudar o processo avaliativo é fundamental, para que a avaliação deixe de atrapalhar a prática pedagógica e ajude a qualificar a mesma, pois na educação contemporânea aquela "avaliação tradicional", técnica, não surte mais efeito sobre a aprendizagem dos educando, além de atrapalhar a prática do professor e a qualidade da educação.

O sentido fundamental da ação avaliativa é o movimento, a transformação. Cabendo ao professor a tarefa de dinamizar o processo de interação entre educador e educando, para melhorar a avaliação do ensino aprendizagem. Jussara Hoffmann diz que “a avaliação nessa perspectiva, deverá encaminhar - se a um processo dialógico e cooperativo, através do qual educando e educadores aprendem sobre si mesmos no ato próprio da avaliação.” (HOFFMANN, 2002, p. 39)

Portanto, é importante trabalhar em equipe, professor, aluno e toda a comunidade escolar para torna a avaliação uma ferramenta a favor da educação, e não um processo de escolha, seleção ou qualquer outro uso equivocado desse processo, tão importante para o ensino, para o professor e para o próprio aluno. Com toda a importância e seriedade que a mesma exige é preciso realizá-la com clareza e justiça para não prejudicar ninguém.

A avaliação é uma das tarefas mais difíceis para os docentes, e tem com função principal normatizar as ações na sala de aula e fora dela. Através da mesma, o professor dá continuidade às atividades ou rompe com as mesmas e replaneja sua prática.

Calluf (2007, p. 31) diz que: “as avaliações funcionam não apenas como verificadoras de fracassos ou glórias, mas norteiam as decisões a serem tomadas e promovem as devidas mudanças no processo de ensino – aprendizagem”.

Sendo assim, a avaliação é uma tarefa bastante complexa, a mesma deve ser feita e refeita quantas vezes o educador achar necessário para que a mesma seja aplicada de modo justo, para que não haja prejudicados e para guiar o professor nas decisões tomadas a favor de um ensino aprendizagem de qualidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ensino-aprendizagem é bastante amplo e complexo, no sentido de que se tem requerido, cada vez mais, dos professores, uma atitude mais cuidadosa ao executar a avaliação, e uma maior conscientização dos mesmos sobre as novas propostas pedagógicas. Atualmente, é de grande relevância que o educador assuma uma obrigação mais solene com as novas propostas pedagógicas e avaliativas, afim de que esse método possa ter possibilidade de responder aos atuais desafios que lhe são propostos no atual contexto educacional.

O ensino, a aprendizagem e a avaliação não são momentos separados, são contínuos e de permanente interação, sendo assim, o presente trabalho foi de grande relevância, pois fez uma abordagem de como ocorre o processo de avaliação do ensino-aprendizagem no ensino fundamental.

O educando é um ser ativo na transformação e construção do seu conhecimento, sendo assim, o professor não deve ser passivo na hora de avaliar, mas sim, um pesquisador e construtor do saber e do conhecimento juntamente com os alunos, criando situações propícias para a aprendizagem. Uma atuação eficaz do professor na hora de avaliar é importante para que os alunos aprendam, avancem e desenvolvam competências e saberes necessários para a sua formação, a partir da avaliação realizada de acordo com a sua realidade.

Percebe-se, que o processo avaliativo tem passado por várias mudanças no decorrer dos anos, e que a necessidade de se pensar em uma avaliação voltada para a realidade do educando, para algo que realmente faça sentido para ele, e que leve em consideração todo o saber adquirido pelo aluno fora da escola, é de grande importância para o ensino-aprendizagem do mesmo, pois, não se pode mais pensar a educação, e conseqüentemente, a avaliação daquela maneira tradicional, que não possibilita ao educando pensar e refletir por si só, sem que seja instigado pelo professor.

A avaliação é uma ferramenta poderosa de auxílio ao professor no processo de ensino-aprendizagem, porém, para que isso aconteça de forma

concreta, é necessário que o educador esteja atento as mudanças atuais, pelas quais passam a educação e a sociedade em geral. Para acompanhar essas transformações, é de grande relevância que o professor esteja em um constante processo de formação.

Portanto, é imprescindível, que o professor faça uma reflexão, enquanto educador, sobre a sua prática pedagógica avaliativa que adota atualmente, como sendo inovadora e transformadora, para que a mesma não passe de um disfarce de uma atitude autoritária e tradicional na hora de realizar a avaliação com os seus alunos. Por isso, foi importante pesquisar como ocorre esse processo no ensino fundamental menor, e perceber ainda que mudanças relevantes ocorreram, mas que há muito o que pensar e fazer sobre a avaliação do ensino-aprendizagem.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Ministério da Educação. Proinfantil, Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil**, 2005.

ESTEBAN, M.T. O que sabe quem erra? Reflexões sobre a avaliação e o fracasso escolar. Rio de Janeiro, DP e A, 2002

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 30.ed. revista. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo:Cortez, 1998.

LUDKE, M; ANDRE, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 6. ed. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, A.M. Um método para verificação de aprendizagem. Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

PERRENOUD, P. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, D. **Saber escolar, currículo e didática**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. As teorias da educação e o problema da marginalidade. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1983

SANTOS, B.S. de. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos 5. **Avaliação da Aprendizagem: práticas de mudança**: São Paulo: Libertad, 1998.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

WEISS, Maria Lucia Lemme. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar** – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.